

0920

**Assunto:** Parecer da Proposta nº 306/2014

“Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal o Contrato – Programa a celebrar com a SRU Lisboa Ocidental para 2014, com cabimento na Ação do Plano D1.P003.08, Orgânica, 07.00 e Económica 05.01.01.01.02 do Orçamento em vigor”

**Data:** 16-07-2014

**Prazo de Resposta:**

**Registo n.º**

**Entidade:** 3ª Comissão Permanente da AML

**Proc. n.º**

Exma. Senhora  
Presidente da AML

Junto segue o Parecer da 3ª Comissão relativo à Proposta nº 306/2014, aprovado por maioria com a abstenção do PCP, na reunião da Comissão, para os devidos efeitos.

Com os melhores cumprimentos,

Ana



**COMISSÃO PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO,  
REABILITAÇÃO URBANA, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

IL  
C

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. 22 /

**Parecer da Proposta n.º 306/2014**

ENT 22 88 / SG/DAOSM/GAAM/ 14

DATA 16/07/14

Joa Fernandes

Relativo ao Ponto 3 da **Proposta n.º 306/CM/2014** – “Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal o Contrato-programa a celebrar com a SRU Lisboa Ocidental para 2014, com cabimento na Ação do Plano D1.P003.08, Orgânica, 07.00 e Económica 05.01.01.01.02 do Orçamento em vigor”

## **I – NOTA INTRODUTÓRIA**

Através da Proposta n.º 306/CM/2014 (adiante designada por proposta), subscrita pelo Vice-Presidente com o Pelouro das Finanças, Fernando Medina, e pelo Vereador com o Pelouro da Reabilitação Urbana, Manuel Salgado, e aprovada por maioria pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 18 de Junho de 2014, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa<sup>1</sup> a aprovação do Contrato-programa a celebrar com a SRU Lisboa Ocidental para 2014, com cabimento na Ação do Plano D1.P003.08, Orgânica, 07.00 e Económica 05.01.01.01.02 do Orçamento em vigor.

Tendo a Proposta sido remetida, pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, para a Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer até 23 de Julho de 2014, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013-2017<sup>2</sup>.

## **II – CONSIDERANDOS**

### **2.1. Enquadramento**

**1** - A Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M.,S.A., que se passa a designar abreviadamente por SRU, é uma pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com

<sup>1</sup> Nos termos das disposições conjugadas da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do regime jurídico das autarquias locais, bem como do artigo 116.º do regime jurídico da delegação de competências, ambos os regimentos aprovados no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da qual faz parte integrante.

<sup>2</sup> Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, da Assembleia Municipal de Lisboa, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.

natureza municipal, constituída pelo Município de Lisboa, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

**2** - A SRU é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, que tem como objeto social principal a reabilitação urbana da sua Área de Reabilitação Urbana, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nomeadamente, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;

**3** - As empresas do sector empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, pela lei comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do sector empresarial do Estado;

**4** - Nos termos do artigo 23.º dos seus Estatutos, a gestão da SRU deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, com respeito pelo disposto nas orientações estratégicas aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa, visando o cumprimento do seu objeto social e assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro.

**5** - A proposta 306/CM/2014 foi aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa e o ponto 3 da proposta (Contrato-programa a celebrar com a SRU para 2014) é agora submetido a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º, do n.º 2 do artigo 260, do n.º 3 do artigo 32.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 42.º, n.º 1 e 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável por força do artigo 4.º do mesmo diploma, das alíneas oo) e ccc) dos artigos 25º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais e das alíneas a) e b) do artigo 24.º e artigo 26.º dos Estatutos da Lisboa Ocidental, SRU.

## **2.2. Análise da proposta e dos respetivos documentos de suporte**

A Câmara Municipal de Lisboa, na sua reunião de 18 de Junho de 2014, apreciou favoravelmente o Plano para 2014 da SRU Lisboa Ocidental, o qual inclui diversos documentos de gestão previsional, entre os quais, o Plano de Atividades para 2014.

A concretização desse Plano de Atividades assenta na celebração de um contrato-programa, quantificado em 260.000 €.

O Fiscal Único da SRU emitiu parecer favorável sobre a celebração do Contrato Programa e sobre o valor da comparticipação Pública a receber pela SRU.

O Plano de Atividades para 2014 traduz, no essencial, a continuação e conclusão de atividades já aprovadas pela Câmara e Assembleia Municipal, em anos anteriores, dispondo de financiamento assegurado.

As principais atividades a desenvolver em 2014 são:

**1 – Gestão Urbanística:** Controlo prévio de Operações Urbanísticas, Plano de Pormenor da Calçada da Ajuda, Conclusão de Projetos de Loteamento e de Obras de Urbanização da Unidade de Intervenção 3 – Memória

**2 - Empreitadas de Reabilitação do Espaço Público e Renovação das Infraestruturas:** Calçada da Ajuda, Vieira Portuense, Acesso ao Jardim Tropical e ruas adjacentes

**3 – Reabilitação de Edifícios Municipais:** Empreitadas em 9 edifícios

**4 – Reabilitação em Edifícios da SRU:** Empreitadas em 6 edifícios

**5 – Outras Atividades:** Preparação do Projeto de Conversão da Zona de Intervenção da SRU em Área de Reabilitação Urbana

### III – CONCLUSÕES

Compete à Câmara Municipal de Lisboa aprovar o Plano para 2014 da SRU Lisboa Ocidental que inclui diversos Documentos de Gestão Previsional, entre os quais o Plano de Atividades para 2014, cuja concretização assenta na celebração de um Contrato Programa, a aprovar pela Câmara Municipal e que o submete à aprovação da Assembleia Municipal.

A nível de enquadramento e orientação estratégica, mantêm-se no Plano de Atividades para 2014, as definidas em anos anteriores que conduziram à definição dos projetos e atividades da SRU na sua Área de Reabilitação Urbana, com financiamento assegurado.

O Contrato Programa tem como contrapartida uma comparticipação pública no valor de 260.000€, com cabimento na Ação do Plano D1.P003.08, Orgânica, 07.00 e Económica 05.01.01.01.02 do Orçamento Municipal em vigor.

Chama-se a atenção que o valor global dos investimentos previstos para 2014 a cargo dos parceiros privados na Área de Reabilitação Urbana da SRU Ocidental é de 11.000.000 €.

O Fiscal Único da SRU emitiu parecer favorável sobre a celebração do Contrato Programa, considerando que o valor das indemnizações compensatórias, a receber pela SRU, está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato Programa.

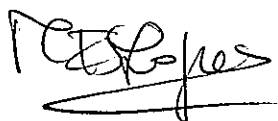
A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer (a data inicial limite era 11 de Julho, tendo posteriormente sido fixada para 23 de Julho).

Face a tudo quanto foi exposto, conclui-se que a Proposta está , **cumpridos os prazos regimentais aplicáveis, em condições de ser discutida e votada em sessão plenária da Assembleia Municipal.**

Os agrupamentos municipais, subscritores do presente parecer, reservam para plenário a expressão do seu sentido de voto.

O presente parecer foi aprovado por maioria, com abstenção do PCP.

A Deputada Relatora



- Irene Lopes -

O Presidente da Comissão



- Victor Gonçalves -

Assembleia Municipal de Lisboa, em 16 de julho de 2014